

AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO DE SANTA CATARINA A PARTIR DE 2009, COM BASE NO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO - PRT

Daiko Lima e Silva

Isabela Guesser Schmitt

Airton Gaio Júnior

Henrique Campião Herculano

A investigação parte da premissa de que compreender o desenrolar temporal das Políticas Públicas de Turismo se constitui em tarefa complexa e altamente relevante tanto teoricamente, quanto na perspectiva empírica, objetivando avaliar a efetividade dos esforços empreendidos, do uso dos recursos públicos, do retorno gerado à sociedade pelas ações executadas, das transformações que estas iniciativas geram, da organização do setor, entre outros aspectos.

É de conhecimento comum que o território brasileiro possui dimensões continentais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sua área territorial é de 8.510.345,540 km², na qual estão distribuídos 5.570 municípios, nos 26 Estados e no Distrito Federal (IBGE, 2022).

Por sua vez, o Estado de Santa Catarina - SC, objeto desta análise, se localiza na Região Sul do país, conforme ilustra a figura 1 abaixo:

Figura 1 - Área Territorial Brasileira.



Fonte: IBGE (2022).

O Estado de Santa Catarina (SC) possui 295 municípios, sendo assim, considerando as múltiplas características das áreas territoriais nas diferentes esferas de governo e a complexidade inerente ao turismo, percebe-se que a gestão pública do turismo brasileiro procura trabalhá-lo de diferentes formas, como no caso do planejamento territorial do turismo na esfera federal.

Todavia, ao falar de Políticas Públicas de Turismo em âmbito federal, alguns fatos merecem destaque, como a criação da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR na década de 60, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT na década de 90, e do Ministério do Turismo - MTur em 2003 (SILVA; CEMBRANEL e RITA, 2022).

Virginio e Ferreira (2013) destacam que o MICT lançou em 1994 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT,



objetivando interiorizar a atividade e focando seus esforços na Gestão Municipal do Turismo, estendendo-se até 2002.

Todavia, com a criação do MTur (2003), essa lógica de incentivo à Gestão Municipal do Turismo passa por uma reavaliação, fazendo surgir em 2004 o Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de fomentar o planejamento descentralizado e compartilhado, com enfoque territorial e regional, ainda em vigência atualmente e sendo trabalhado por meio dos Estados, das Regiões Turísticas e suas Instâncias de Governança Regionais – IGR's e dos Municípios (MTur, 2022).

Assim, a investigação busca identificar, de forma exploratória e qualitativa, parte das transformações provocadas pelo Programa de Regionalização do Turismo em Santa Catarina ao longo dos anos, no que tange à sua organização institucional e sua governança. Para tanto, inicia-se a análise a partir do ano de 2009, para identificar como o Estado vem executando e organizando o PRT em sua área territorial.

Nesse sentido, contextualizado parte do desenrolar temporal da Gestão Pública do Turismo no Brasil e explicitado que se pretende analisar as transformações provocadas pelo PRT na área territorial de Santa Catarina, cabe evidenciar que a pergunta de pesquisa se constitui em identificar “como se deram as transformações provocadas pelo PRT na organização do turismo em Santa Catarina a partir de 2009?”.

Essa investigação tem o potencial de contribuir tanto com a perspectiva acadêmica da turismologia, quanto gerencial e social. Favorecendo com isso, a compreensão sobre aspectos atrelados à Gestão Pública do Turismo, a partir de uma perspectiva de evolução do PRT no



território catarinense. Iniciando em 2009, a análise se estende até o momento atual, quando foi a última atualização do Mapa do Turismo Brasileiro pelo MTur, em março de 2022.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica foi estruturada a partir de uma revisão sistematizada sobre as seguintes temáticas: Turismo, Políticas Públicas, Governança Turística e Regionalização do Turismo. Neste tópico, será apresentada parte das investigações publicadas nos últimos cinco anos sobre os temas mencionados.

Considerando o Brasil como um país múltiplo, complexo e diverso, torna-se fundamental compreender e aceitar essa multiplicidade, procurando trabalhá-lo e conhecê-lo por inteiro. Por suas grandes dimensões, o país não admite um olhar geral, que não interaja com as diferenças.

É preciso confrontar diversas ideias, necessidades e demandas da sociedade nas esferas global, nacional, estadual, regional e local. É esse o caminho adotado pela Política de Regionalização do Turismo que busca considerar esse país plural e heterogêneo (MTur, 2013).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), lançado em abril de 2004, se constitui em uma política pública dentro do âmbito territorial, que se encontra a partir do Plano Nacional do Turismo (PNT), estabelecido pela Lei 11.771/2008, a qual se determinou como macro programa básico a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”.



O PRT tem como premissa básica a descentralização e regionalização do turismo, com olhar para o planejamento coordenado e participativo, que repercute positivamente nos resultados socioeconômicos do território (ZAGHENI, 2011). Além disso, trabalha com a convergência e interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com os Estados, as regiões e os municípios brasileiros (MTur, 2013).

O turismo é uma atividade que transpassa diversos territórios já constituídos e tem a capacidade de modificar e criar novos territórios e territorialidades (CANDIOTTO; SANTOS, 2009). Segundo Candiotto e Santos (2009), a criação de um território a partir do turismo e/ou lazer poderia ser chamado de “território turístico”, no qual se efetivam as relações de poder entre os atores sociais comprometidos com o turismo.

Cabe ressaltar que o “território turístico” sobrepõe-se a outros territórios, como por exemplo: de atividades comerciais, residenciais, industriais, agropecuárias, institucionais, entre outros, nos quais podem ou não estar presentes na mesma unidade político-administrativa ou em um mesmo espaço físico (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Desta forma, o processo de criação de um território turístico pode ser chamado de “territorialização turística”, desde que, incorporado a dimensão política e social do turismo, além da dimensão técnica e econômica normalmente considerada (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

De fato, os territórios turísticos são complexos, justamente por englobarem de um lado a população residente e local, e do outro, o turista. Gomes e Marcusso (2022) alertam ainda sobre a possibilidade de



artificialização do território através do turismo, promovido pela articulação entre Estado e mercado sobre o espaço.

O fortalecimento da atuação de conselhos e associações civis, em espaços de disputas de poder, objetivando participar da formulação de políticas públicas de turismo, faz parte da inserção do termo governança turística na política de turismo brasileira, ou seja, trata-se de uma forma da sociedade civil organizada exercer seu poder (FERNANDES; SOARES e CORIOLANO, 2020).

Costa e Lima (2018) destacam a importância do turismo para o desenvolvimento regional, mas também a complexidade da gestão de áreas territoriais dos núcleos receptores de turistas. Com isso, reitera-se a importância da atividade para o desenvolvimento urbano, além de sua influência nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental desses territórios. A Agenda 21 (UNITED NATIONS, 1992), por exemplo, estabeleceu o turismo como estratégia prioritária para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas e rurais (COSTA e LIMA, 2018). O conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) também se insere nessa lógica, a partir de uma gestão racional do ambiente, que tem como foco o território e a distribuição de atividades produtivas locais (PECQUEUR, 2004).

Coutinho e Nóbrega (2019) corroboram com a ideia da potencial contribuição do turismo para a sustentabilidade dos territórios, abordando o papel da governança turística na promoção da cooperação e legitimidade da participação social nas decisões turísticas.



Xavier, Totti e Raddatz (2020) definem governança como um instrumento facilitador da colaboração, através do qual são estabelecidos princípios e regras, em que os atores econômicos, sociais e políticos podem interagir e cooperar entre si. Por outro lado, os autores destacam que o turismo é um setor altamente complexo e formado por organizações fragmentadas. Em função dessas características, a atividade turística se torna dependente das relações de colaboração tanto formais, como informais, através de parcerias e redes.

Por fim, percebe-se que o processo de governança tem muito a caminhar, principalmente no trabalho conjunto dos atores frente às decisões e ações para o setor, e conseqüentemente, na promoção de um maior equilíbrio de representatividade e participação.

Procedimentos Metodológicos

Considerando que o objetivo da investigação consiste em compreender as transformações provocadas pelo PRT na organização do turismo em Santa Catarina a partir de 2009, optou-se pela realização de pesquisa com características qualitativa, bibliográfica, documental, descritiva e exploratória, acreditando-se ser a estratégia mais adequada para trabalhar questões tão complexas, uma vez que o esforço empreendido busca trabalhar uma reflexão temporal de aproximadamente 10 anos.

A pesquisa foi organizada em três etapas distintas, uma revisão sistematizada, uma pesquisa documental e um aprofundamento



exploratório em investigações sobre a Regionalização do Turismo em Santa Catarina.

Na primeira, procurou-se identificar por meio de revisão sistematizada, investigações publicadas nos últimos cinco anos que tivessem relação direta com as temáticas de Turismo, Políticas Públicas, Governança Turística e Regionalização do Turismo, nas bases de dados Scopus, EBSCO e Scielo (com interface da *Web of Science*), via acesso CAFE/UEDESC.

Os termos de busca foram utilizados exclusivamente no idioma português, tendo o termo “AND” como operador *booleano*. A discriminação das palavras-chave selecionadas para a revisão sistematizada e os resultados obtidos constam a seguir, na tabela 1.

Tabela 1 - Relação de termos de busca, operador *booleano* e número de artigos identificados.

Palavra-chave	Operador Booleano	Termo Complementar	Nº de Artigos
Turismo	AND	Políticas Públicas	146
	AND	Regionalização	09
	AND	Governança	35

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A combinação da palavra-chave, com o operador *booleano* “AND” e os termos complementares possibilitou identificar junto às bases de dados mencionadas um total de 190 artigos revisados por pares, destacando que a busca se limitou ao que foi produzido nos últimos cinco anos, ou seja, desde 2017.



A partir de uma avaliação preliminar dos títulos e das palavras-chave de cada uma das investigações, 88 artigos tiveram seus resumos analisados. Após a leitura dos resumos, somente os artigos que: a) o objetivo da publicação estava relacionado com a temática abordada; e b) atenderam objetivos e delimitações da metodologia semelhantes a presente investigação.

Realizada a triagem pela aplicação dos critérios de inclusão, chegou-se a um total de 23 artigos para uma análise mais detalhada. Percebeu-se que dentre os artigos selecionados pouco havia sido mapeado sobre a Regionalização do Turismo em Santa Catarina. Por isso, a investigação foi ampliada, e com isso, ganhou relevância a pesquisa documental e a pesquisa exploratória.

Com a pesquisa documental, realizou-se a análise temporal das transformações na organização do Turismo em Santa Catarina a partir do PRT. Assim como as mudanças ocorridas no Mapa do Turismo Brasileiro e as variadas composições das Regiões Turísticas ao longo do tempo, em termos quantitativos e qualitativos.

Para tanto, a coleta de dados se fundamentou em páginas na internet de instituições relacionadas ao turismo, com destaque para: página do Ministério do Turismo, da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo em Santa Catarina - Fecomércio, entre outras fontes.

O recorte temporal da pesquisa contempla a análise a partir de 2009, chegando até sua última atualização, regrada pela Portaria MTur nº

41, de 24 de novembro de 2021, que teve seu lançamento em março de 2022.

Por fim, foi realizada pesquisa exploratória sobre a Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina. Para isso, buscou-se artigos em duas bases de dados: Periódicos CAPES e Google Acadêmico, com a seguinte *string* de busca: “Regionalização do Turismo” *AND* “Santa Catarina”.

O critério de inclusão foram os artigos de anais de congressos e periódicos. Enquanto obteve-se como critério de exclusão, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Após esse primeiro filtro de leitura, foram selecionados apenas os artigos que tratam sobre o processo de Regionalização do Turismo em Santa Catarina. Os artigos que não abordavam essa temática foram excluídos da grade de leituras. Ao todo, selecionou-se 12 artigos, em que se analisou informações como o título, autores, ano, base de dados, objetivo, metodologia e resultados.

Discussão dos Resultados

Em suma, foram variados os dados coletados a partir dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, possibilitando a elaboração da discussão de resultados de diferentes perspectivas. Esta etapa da pesquisa é organizada em três grandes eixos, sendo eles: Discussões Gerais sobre o PRT em Santa Catarina; Transformações no Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina; e Composição do Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina.

Discussões Gerais sobre o PRT em Santa Catarina

O Turismo é uma área que movimenta a economia de forma significativa, viabilizando oportunidades de trabalho em comércio e serviços, investimentos públicos e privados em infraestrutura, entre outros impactos positivos e negativos. Natário *et al.* (2019), reconhecem o turismo como um dos setores-chave do desenvolvimento dos países e uma importante fonte de rendimento, emprego e criação de riqueza, com impactos sociais, econômicos e ambientais.

Nesta parte da investigação, buscou-se identificar o que vem sendo produzido cientificamente a respeito da Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina. Logo, adotou-se como estratégia a pesquisa exploratória, sendo selecionados ao todo 12 artigos que tratam sobre esta temática.

Ao realizar a análise destes estudos, percebeu-se que a metodologia empregada na maior parte deles também envolveu pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e pesquisa documental, utilizando para coleta de dados, por exemplo, páginas oficiais na internet de órgãos de Turismo Municipais, Estaduais, da União e internacionais.

Percebeu-se ainda, que parte dos artigos teve como objetivo apresentar a evolução do processo de categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro em determinados períodos, mas não em uma perspectiva temporal tão ampla quanto esta (ARNHOLD JUNIOR *et al.*, 2018; ANJOS, ANDRADE, 2020; FONSECA *et al.*, 2019).



Em geral, os autores identificaram que a maior parte dos municípios das categorias A e B estão localizados no litoral, enquanto os de categoria C e D, estão concentrados no interior do Estado.

Dado este, que denota um crescimento desigual do setor turístico em Santa Catarina (litoral *versus* interior), podendo evidenciar aspectos como uma maior concentração de esforços públicos e privados no litoral, potencial de fomento ao Turismo Interno e aos Destinos Turísticos do interior, entre outras questões.

No entanto, percebeu-se também que houve aumento na quantidade de municípios cadastrados e categorizados no Mapa do Turismo Brasileiro nos últimos anos, mostrando relativo interesse dos municípios em participar do PRT.

Outra vertente estudada são as abordagens da regionalização nas políticas públicas de turismo em cidades e contextos específicos como em Blumenau, Gaspar, Pomerode e Região Carbonífera (DREHER e SALINI, 2008, 2009, 2010; PIERI, LADWIG, 2016; GRIMM et al., 2013).

Os estudos de casos evidenciaram que são poucas as ações locais em prol da efetivação da Regionalização do Turismo, e que as políticas propostas pelo Ministério do Turismo e pela SANTUR acabam sendo as realizadas. Dreher e Salini (2009) destacam que são raras as políticas públicas de turismo que realmente abordam a regionalização como foco de suas diretrizes, no entanto, os atores do setor reconhecem sua importância na elaboração destas políticas.

Outro ponto de destaque são as análises do processo de governança do turismo, que segundo Dreher e Salini (2010) ainda estão



em um estágio embrionário, e que ocorre um movimento para consolidar e legitimar o processo. Verifica-se que de modo geral ainda é baixa a participação dos demais atores da sociedade na formulação e implementação dessas políticas públicas, enfraquecendo o processo de governança turística.

Por outro lado, Sagi (2009) conclui que o Estado possui habilidades institucionais em desenvolvimento, e que tem potencial para a consolidação do processo de regionalização. Ou seja, se reconhece o potencial que o Estado possui em termos de atrativos turísticos, marcados pelos seus aspectos sociais, culturais, econômicos, como também pelas suas características geográficas e ambientais.

Por fim, há ainda artigos que discutem a relação entre o turismo e o planejamento territorial (HONORIO; ROCHA, 2020; SEVERINO; TOMASULO, 2012). Verificou-se que o turismo ainda necessita estar amparado por instrumentos legais, principalmente nos casos em que há proteção de recursos ambientais (HONORIO, ROCHA, 2020).

Além da importância do papel da legislação nas ações do turismo, Severino e Tomasulo (2012) reforçam que o planejamento estratégico do turismo precisa melhorar no Estado. Dentre os principais problemas dos municípios apontados pelos autores estão: a dependência de recursos federais e estaduais, a pouca participação do setor privado no financiamento de projetos de turismo e a pequena participação popular na formulação e implementação das ações.

Em resumo, as pesquisas sobre a Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina são divididas em temáticas predominantes: 1)



Evolução do processo de categorização dos municípios no Mapa do Turismo; 2) Estudos de casos sobre a regionalização em determinados Destinos Turísticos; 3) Análises sobre o processo de governança; e 4) Articulação entre o turismo e o planejamento territorial.

A partir desse panorama, identificou-se que o processo de regionalização ainda está em fase de construção e fortalecimento nas Regiões Turísticas de Santa Catarina e que é fundamental a elaboração e execução de esforços de forma estratégica, inclusive no que tange à alocação de recursos e à integração regional.

Transformações no Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina

Dando sequência nas reflexões propostas pela pesquisa, procurou-se compreender como vem ocorrendo as transformações no Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina. Para tanto, optou-se pela pesquisa documental como estratégia para coleta de dados, com destaque aos dados obtidos em páginas de instituições oficiais ligadas ao turismo na internet.

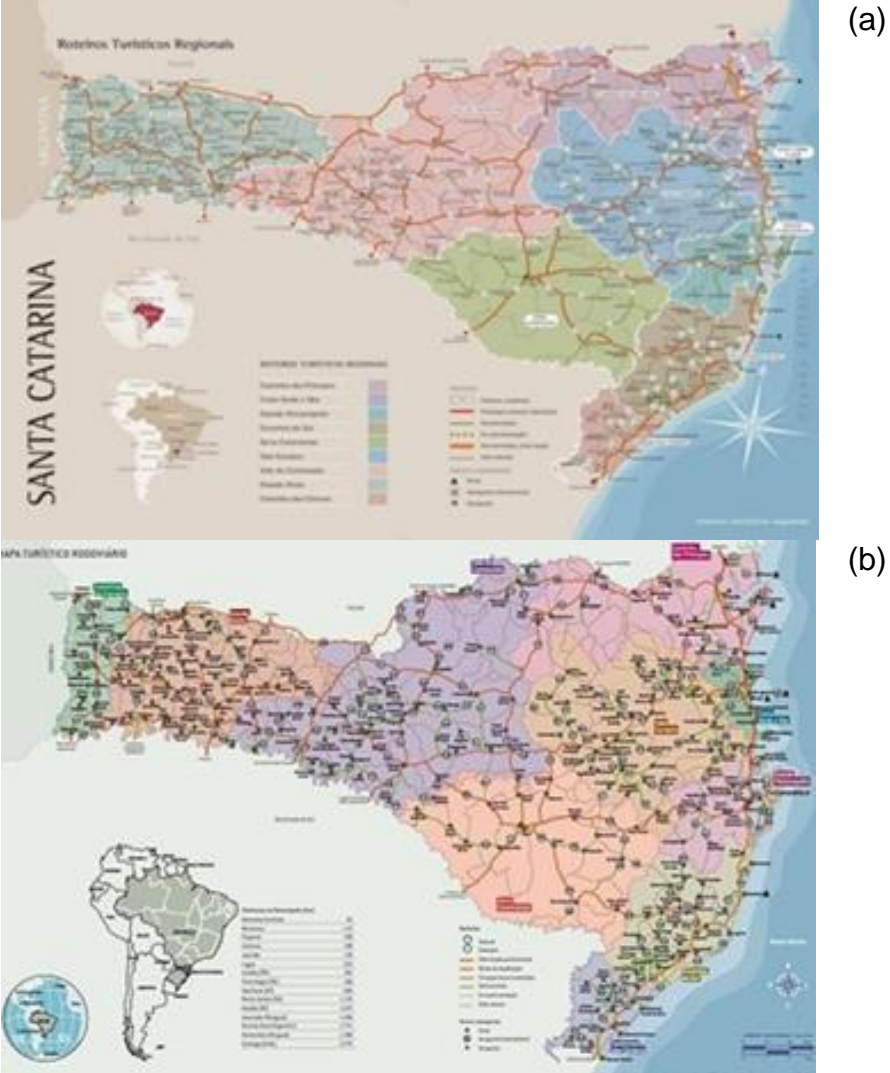
Identificou-se que o Mapa do Turismo Brasileiro foi oficialmente instituído pela Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013 e que desde então, vem passando por uma série de transformações no Estado de Santa Catarina. Todavia, perceberam-se alterações significativas no Mapa do Turismo em Santa Catarina nos anos de 2009, 2013, 2016 e 2019.

Assim, inicia-se a análise temporal desta investigação com a versão de 2009 do Mapa, a qual contava nesta versão com apenas 09 (nove) Regiões Turísticas, sendo elas: Grande Oeste, Vale do Contestado, Caminho dos Príncipes, Vale Europeu, Serra Catarinense, Costa Verde e



Mar, Grande Florianópolis, Encantos do Sul e Caminho dos Cânions, conforme ilustra a figura 2 (a).

Figura 2 - Mapas das Regiões de Turismo no Estado de Santa Catarina nos anos de 2009 (a), 2013 (b), 2016 (c) e 2019 (d). Fonte: SANTUR, 2022.





Já em 2016, o Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina teve o aumento de 02 (duas) Regiões Turísticas, a Caminhos do Alto Vale e a Vale das Águas. Logo, passando a contar com 12 (doze) Regiões Turísticas, conforme apresentado na figura 2 (c).

Como mencionado, as últimas alterações sofridas pelo Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina ocorreram em 2019, quando o Estado passou a contar com suas atuais 13 (treze) Regiões Turísticas. Isso se deu a partir da criação da Região do Vale dos Imigrantes, no Meio-Oeste catarinense. Desta forma, chega-se a atual configuração do Mapa, de acordo com a figura 2 (d).

A partir desta análise temporal, a investigação identificou uma tendência de crescimento no número de Regiões Turísticas no Estado de Santa Catarina, iniciando com 9 (nove) Regiões Turísticas, passando a 10 (dez), 12 (doze) e chegando as atuais 13 (treze) Regiões que compõem o Mapa Brasileiro do Turismo em Santa Catarina.

Identificou-se também, que este número de RT's pode aumentar ainda mais, já que existem mobilizações e pleitos ocorrendo neste sentido, como no caso da proposição apresentada pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC à Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR, na qual se solicita a criação da 14^a Região Turística Catarinense.

Segundo a Fecomércio de Santa Catarina (2021), a criação de uma nova Instância de Governança Regional de Turismo - IGR poderá potencializar o turismo regional das 14 (quatorze) cidades que integram a AMAUC, sendo elas: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira,



Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Já na sequência das discussões, o artigo aprofunda sua análise no quantitativo dos municípios que compõem as Regiões Turísticas ao longo dos anos.

A Configuração do Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina

Como visto, após a criação do MTur em 2003, o órgão passou a trabalhar o turismo de forma regionalizada, emitindo normativas objetivando instruir a gestão pública do setor. Como a Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013, que instituiu o Programa de Regionalização do Turismo e a Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, que estabeleceu o Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento de orientação para as políticas públicas no território brasileiro (BRASIL, 2013).

Assim, é possível afirmar que o Programa de Regionalização do Turismo - PRT tem o importante papel de estimular a organização e o planejamento da atividade turística a partir de determinada área territorial, estimulando a implementação de políticas públicas com base nas dinâmicas de planejamento regional, buscando fortalecer a atividade nas diversas regiões e procurando abranger o Brasil como um todo, inclusive o Estado de Santa Catarina.

Dadas as variadas características dos 295 municípios catarinenses com relação a geografia, economia, cultura, infraestrutura, serviços turísticos, entre outras, o PRT atualmente, organiza o território de Santa Catarina em 13 (treze) Regiões Turísticas, as quais são brevemente apresentadas no quadro 1.



Quadro 1 - Regiões Turísticas Catarinenses.

Região Turística	Características da Região
Caminhos do Contestado	Tem importante valor histórico em função da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, com destaque para Porto União e Caçador.
Vale Europeu	Localizada no Vale do Itajaí, abriga cidades com forte herança de colonizadores alemães e italianos como as famosas Blumenau, Pomerode e Indaial.
Grande Oeste	Tem o Turismo Rural, o Ecoturismo e a Gastronomia como destaque, além dos municípios de Xanxerê e Chapecó, principal centro urbano e econômico.
Caminho dos Príncipes	Possui paisagens litorâneas e rurais, abrigando Joinville (uma das principais cidades do Estado), além de São Francisco do Sul e Corupá.
Caminhos da Fronteira	Faz fronteira com Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina. É ótima para Ecoturismo e Esportes de Aventura, tendo Dionísio Cerqueira como destaque.
Fórum Turístico de Regionalização do Turismo Encantos do Sul	Abriga destinos turísticos como a histórica Laguna, além do Ecoturismo, do Termalismo e dos Esportes de Aventura, em Garopaba, Gravatal, entre outros.
Caminho dos Canyons	Colonizada por italianos, alemães e portugueses, abriga o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, destacando-se Araranguá, Praia Grande, entre outras.
Vale das Águas	Um destaque é a Cachoeira Salto Saudades em Quilombo, outro é o termalismo de Águas de Chapecó, além do Turismo Religioso em Caibi.
Serra Catarinense	Sede dos primeiros hotéis-fazenda do Brasil, destaca-se no Turismo Rural, com municípios como Urubici, São Joaquim e Urupema.
Grande Florianópolis	Possui opções como termalismo, turismo religioso, paisagens rurais e belíssimas praias como as de Governador Celso Ramos, Palhoça e Florianópolis.
Costa Verde & Mar	Com águas verde-esmeralda, destacam-se cidades como Balneário Camboriú, Bombinhas e Itapema. Além de variados serviços, inclusive parque temático.

Continua

Continuação

Caminhos do Alto Vale	Com vocação para Ecoturismo, Agroturismo e Esportes de Aventura, encanta por sua natureza, com destaque para Agrolândia, Ituporanga, entre outros.
Vale dos Imigrantes	Tem na natureza, nas águas termais e na cultura suas fortes vocações, com destaque para municípios como Fraiburgo, Piratuba, Treze Tílias, entre outros.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no website da SANTUR, 2022.

Já na tabela 2, são apresentados os números de municípios participantes por Região Turística do Estado de Santa Catarina, definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) nas últimas 04 (quatro) alterações do Mapa do Turismo pelo MTur.

Tabela 2 - Número de Municípios nas Regiões Turísticas do Estado de Santa Catarina por Ano.

Regiões Turísticas	Nº de Municípios por Ano			
	2009*	2013*	2016*	2019*
Caminho dos Canyons	15	9	15	10
Caminho dos Príncipes	20	14	16	13
Caminhos do Alto Vale	0	0	22	23
Costa Verde & Mar	11	13	12	10
Encantos do Sul	30	19	20	15
Grande Florianópolis	13	13	14	7
Grande Oeste	76	5	4	15
Serra Catarinense	17	8	12	11
Vale do Contestado	62	25	32	4
Vale Europeu	49	17	17	17
Caminhos da Fronteira	0	9	9	15
Vale das Águas	0	0	11	12
Vale dos Imigrantes	0	0	0	25
Nr. de Municípios	293	132	184	177

Fontes: (*) Dados Abertos do MTur, 2022.

(**) Relatórios de Composição de Regiões do MTur, 2022.

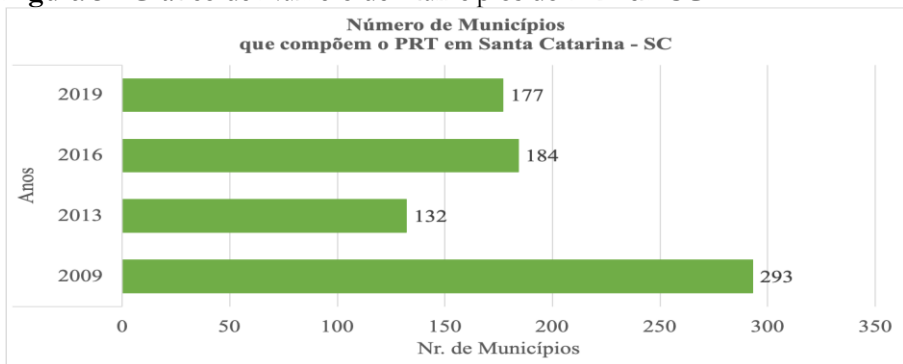


O estudo indica que o número de municípios participantes do PRT em Santa Catarina teve no ano de 2009 seu período mais expressivo, quando o território era organizado em 09 (nove) Regiões Turísticas, período em que os critérios e o Mapa do Turismo Brasileiro ainda não haviam sido sistematizados, ilustrado pela figura 3.

Percebeu-se também, uma redução em relação ao ano subsequente, claramente refletindo os ajustes nos critérios de inclusão e exclusão do PRT, a partir da Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, que em seu artigo 2º trouxe uma série de exigências para os municípios, tais como: possuir oferta de serviços turísticos, características similares e/ou complementares e serem limítrofes.

Importante citar que em 2016 houve um crescimento no quantitativo de municípios em comparação ao ano de 2013. No entanto, em 2019 identificou-se uma redução no número de municípios no Mapa.

Figura 3 - Gráfico de Número de Municípios do PRT em SC.



Fonte: Relatórios de Composição de Regiões do MTur, 2022.

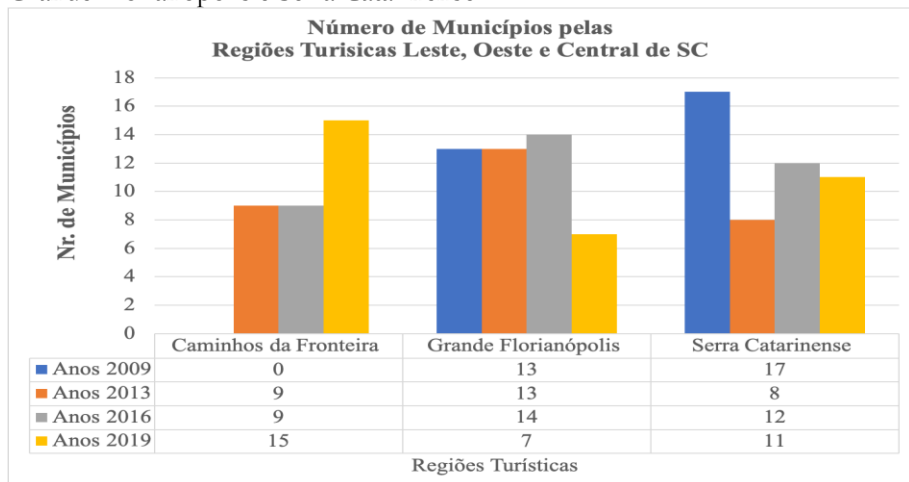
Para aprofundar um pouco mais esta análise, optou-se por selecionar três Regiões Turísticas da área territorial catarinense, as quais,



estão espalhadas geograficamente no território do Estado de SC da seguinte maneira: no Extremo Oeste foi selecionada a Região Turística Caminhos da Fronteira; no Extremo Leste, a Região Turística da Grande Florianópolis; e na Região Central, a Região Turística da Serra Catarinense, conforme ilustra a figura 4.

A seleção dessas Regiões Turísticas também se justifica por suas respectivas representatividades no setor, já que a primeira se constitui em área de fronteira internacional, a segunda é um município com características geográficas insulares que abriga a capital do Estado, enquanto a terceira se constitui em importante destino de inverno, inclusive abrigando o fenômeno natural da neve, atraindo um considerável fluxo turístico entre os meses de maio e agosto.

Figura 4 - Gráfico de Número de Municípios nas RT's: Caminhos da Fronteira, Grande Florianópolis e Serra Catarinense.



Fonte: Relatórios de Composição de Regiões do MTur, 2022.

Uma das mais importantes Regiões Turísticas do Estado de SC, por conter a capital do Estado como mencionado, e por consequência,



apresentar uma maior infraestrutura disponível para a prática do turismo, somado à geografia singular e natureza exuberante de uma ilha, a Região da Grande Florianópolis se manteve com a média de treze municípios participantes até o ano de 2016. Já em 2019, houve uma queda de 46% no número de municípios em comparação a média informada.

Por sua vez, a Região Caminhos da Fronteira, situada no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina, foi introduzida somente no ano de 2013 no Mapa do Turismo, iniciando com nove municípios em 2013, repetindo este número em 2016, e crescendo cerca de 67% em 2019, alcançando a marca de quinze municípios.

Como mencionado, a Região se destaca por ser área de fronteira, constituindo-se em importante corredor terrestre para o fluxo de turistas internacionais ao Estado, principalmente aqueles oriundos da Argentina, um dos principais destinos emissores de turistas internacionais ao território catarinense.

Por fim, entre as três Regiões Turísticas analisadas, a Região Turística da Serra Catarinense, onde predomina o Turismo Rural e de Inverno, foi a que teve a maior variação na dinâmica de inclusão e exclusão de municípios. Iniciando com dezessete municípios em 2009, tendo uma expressiva diminuição de 53% no período seguinte, retomando o crescimento no número de municípios em 50% no ano de 2016 e totalizando em doze municípios.

Sendo que em 2019 teve também a exclusão de um município, em comparação com o ano anterior, ou seja, um decréscimo de apenas 8%. Ainda, cabe também reiterar, que a Região se destaca como núcleo



receptor de turistas de inverno, com a frequente ocorrência de períodos de intenso frio e até mesmo de neve, em determinados momentos.

Analisando de forma geral, percebem-se importantes variações para mais e para menos na composição do Mapa ao longo dos anos em questão (2009, 2013, 2016 e 2019), o que ilustra uma relativa instabilidade e aponta para a necessidade de um trabalho mais intenso e constante da gestão pública do turismo do Estado junto às Regiões Turísticas, objetivando a permanência, o crescimento e o fortalecimento do PRT em Santa Catarina.

Desta forma, pode-se avaliar que a normatização do PRT na esfera federal trouxe impactos importantes em 2013, definindo critérios para indicar os municípios a serem prioritariamente trabalhados no setor. Ilustrando também, a necessidade de criarem normas específicas para o Programa em Santa Catarina, atualmente inexistentes.

Conclusões

Embora possam existir efeitos colaterais negativos, a atividade turística possui um importante potencial de contribuição ao desenvolvimento de um território. Portanto, políticas públicas que ofereçam suporte na organização, estruturação, planejamento, gestão estratégica, informação, ou ainda, no monitoramento para o progresso do turismo, são consideradas extremamente positivas, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo - PRT.

A pesquisa demonstrou que o Brasil vem realizando esforços na busca da organização territorial do turismo há um tempo considerável, iniciando com o Programa de Municipalização do Turismo (1994) e



passando para o Programa de Regionalização do Turismo, a partir da criação do MTur em 2003.

Implementado no Brasil em 2004, percebeu-se com a investigação, que o PRT vem se consolidando como uma das principais políticas públicas do Ministério do Turismo nos últimos 15 anos.

O programa impacta diretamente a organização da atividade nos diferentes territórios brasileiros, trazendo uma série de premissas e compromissos como seus eixos de atuação: a gestão descentralizada; o planejamento e o posicionamento de mercado; a qualificação profissional; o empreendedorismo, a captação e a promoção de investimentos; a infraestrutura turística; a informação ao turista; a promoção e o apoio a comercialização; e o monitoramento.

Identificou-se ainda, que apesar do Mapa do Turismo Brasileiro ter surgido apenas em 2013, ele vem passando por transformações desde 2009 em Santa Catarina. Variando em suas respectivas composições e em suas configurações, passando de nove a treze Regiões Turísticas (RT's) e havendo discussões atuais sobre o aumento desse número, indicando forte tendência para a criação de novas RT's. Todavia, há que se trabalhar a atividade de forma estratégica e organizada.

Todavia, apesar do PRT trazer essa prerrogativa ao interlocutor estadual, a investigação não identificou a existência de nenhum estudo técnico-científico como catalisador destas transformações na organização do turismo em Santa Catarina. Possibilitando inferir que as mesmas vêm ocorrendo, quase que exclusivamente, a partir de decisões de cunho político, carecendo de planejamento e normatização que favoreçam a gestão estratégica e organizada do setor.



Assim, percebe-se que estas transformações surgem das dinâmicas sociais, políticas e das disputas de poder, carecendo da execução efetiva dos preceitos instituídos na Portaria que rege o PRT e nos desdobramentos que devem ser instituídos pelos interlocutores estaduais.

Afinal, são compromissos dos interlocutores estaduais: a definição de critérios complementares aos definidos na Portaria do MTur; a realização de oficinas ou reuniões de mobilização; evitar o excesso de municípios em uma mesma região turística; evitar regiões turísticas compostas por um único município; adotar para a região turística um nome que transmita e valorize sua identidade; o fomento ao planejamento regional do turismo; entre outras medidas.

Dessa forma, a investigação evidencia o importante potencial de contribuição desta política pública do governo federal para o planejamento e desenvolvimento territorial. Mas, ao mesmo tempo, ilustra sua relativa fragilidade, ao evidenciar a carência de efetividade em sua condução, na falta da definição de objetivos estratégicos, em seu papel no que tange à aplicação de recursos públicos no turismo, entre outros aspectos limitantes.

Acredita-se assim, que a investigação tenha alcançado seus objetivos e respondido a pergunta da pesquisa, auxiliando tanto na perspectiva empírica e gerencial da gestão pública do turismo, quanto na discussão científica no campo de políticas públicas de turismo e governança turística. Todavia, considerando suas limitações, acredita-se também que ainda há muito o que se avançar com o PRT, não somente em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo.



REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. A. dos; ANDRADE, I. C. F. de. **As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTUR)**. Turismo, visão e ação, 435-457, 2020.
- ARNHOLD JUNIOR, M. et al. **A categorização nas regiões turísticas de Santa Catarina**. Applied Tourism, v. 3, n. 2, p. 274-295, 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 11, 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo - PRT**. Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões, 2022. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=316 > Acesso em: 31 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Anuário Estatístico de Turismo 2021 - Volume 48 - Ano Base 2020 - 2a Edição**. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/ptbr/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico> > Acesso em: 31 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **O Mapa do Turismo Brasileiro 2022**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>> Acesso em: 31 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Portaria Ministerial nº 313, de 03 de dezembro de 2013**. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências, 2013. <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>> Acesso em: 31 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Dados Abertos do Ministério do Turismo 2009**. <https://dados.turismo.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro/resource/cc93abe2-cf3d-401d-87d7-81dc85e9a043?inner_span=True > Acesso em: 31 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. **Experiências Geográficas em Torno de uma Abordagem Territorial**. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo. 1ª Edição p. 315 - 340. Expressão Popular. 2009.
- COSTA, T.; LIMA, M. J. **Cooperação em turismo e desenvolvimento regional**. Estudos de Turismo e Gestão, v. 14, n. 4, p. 50-62, 2018.

SILVA, D.L.; SCHMITT, I.G.; GAIO JÚNIOR, A.; HERCULANO, H. C. As transformações na organização do turismo de Santa Catarina a partir de 2009, com base no programa de regionalização do turismo - PRT. In:



COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. de M. **A governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, p. 55-70, 2019.

DREHER, M. T.; SALINI, T. S. **Regionalização e políticas públicas no turismo:** proposta bem (in)tencionada distante da práxis! V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, v. 27, 2008.

DREHER, M. T.; SALINI, T. **PPS de regionalização do turismo na região de Blumenau, Santa Catarina.** Gestão e regionalidade, v. 25, n. 74, 2009.

DREHER, M. T.; SALINI, T. S. **Governança e políticas públicas de turismo em Gaspar, Santa Catarina.** VI seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, v. 6 2010.

FECOMÉRCIO SC. **Trade articula criação da 14ª região turística no Meio Oeste de SC.** Fecomércio de Santa Catarina, 2021. <<http://fecomercio-sc.com.br/noticias/trade-articula-criacao-da-14a-regiao-turistica-no-meio-oeste-de-sc/>> Acesso em: 31 de maio de 2022.

FERNANDES, L. M. M.; SOARES, J. R. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. **Governança na Política de Regionalização do Turismo no Estado do Ceará - Brasil.** Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n. 55, p. 95-108, 2020.

FONSECA, M. A. P. da et al. **Políticas públicas e a interiorização do turismo no Brasil.** XIII ENANPEGE, 2019.

FONSECA, M. A. P. **Programa de regionalização do turismo:** análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Geo crítica, 2019.

GOMES, C. C.; MARCUSSO, E. F. **Turismo e territorialidade:** o território da cerveja da Região Serrana do RJ como vetor da governança e do desenvolvimento local. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, 2022.

GRIMM, I. J. et al. **Políticas Públicas do Turismo e Sustentabilidade:** a interrelação na esfera nacional, estadual e local. Revista turismo visão e ação, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2013.

HONORIO, I. C.; ROCHA, I. de O. **Políticas públicas de turismo na Legislação Federal e do Estado de Santa Catarina.** Revista brasileira de ecoturismo, v. 13, n. 2, 2020.

IBGE, Censo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Cd-Rom. [Links],** 2022.

LIMA e SILVA D.; CEMBRANEL, P.; RITA, R. M. **Public tourism in the State of Santa Catarina - Brazil.** Contemporary Tourism Challenges, 2022.

SILVA, D.L.; SCHMITT, I.G.; GAIO JÚNIOR, A.; HERCULANO, H. C. As transformações na organização do turismo de Santa Catarina a partir de 2009, com base no programa de regionalização do turismo - PRT. In:



NATÁRIO et al. **O impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal**: um quadro de análise. Finisterra, v. 54, n. 111, p. 21-36, 2019.

NÓBREGA, W. R. M. **Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira**: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 2012.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial**: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. Grenoble: Institut d Géographie Alpine, 2004.

PIERI, R.; LADWIG, N. I. **Análise do potencial turístico dos municípios da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina**. Revista tecnologia e ambiente, v. 22, 2016.

SANTA CATARINA. **Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR**. Disponível em: < <http://www.santur.sc.gov.br> > Acesso em: 31 de maio de 2022.

SAGI, L. C. **Capacidade institucional para gestão do turismo**: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. Revista hospitalidade, v. 6, n. 1, p. 51-76, 2009.

SEVERINO, S.; TOMASULO, S. **Planos estratégicos municipais de turismo do Estado de Santa Catarina – roteiros turísticos regionais**: um estudo. Turismo em análise, v. 23, n. 2, p. 408-436, 2012.

SILVA; CEMBRANEL e RITA, **Tourism public policies: a reflection from the brazilian territory, Proceedings Of The International Scientific Conference, p. 446-454, 2022**

UNITED NATIONS. **Earth Summit**: United Nations Conference on Environment and Development. 1992.

VIRGINIO, D. F.; FERREIRA, L. V. **Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2013.

XAVIER, T. R.; TOTTI, K. Á. S.; RADDATZ, S. M. F. **Aplicação do Programa de Regionalização do Turismo em uma instância de governança regional no Estado do RS, Brasil**. Turismo Visão e Ação, v. 23, p. 86-109, 2020.

ZAGHENI, E. S. da S. **Estrutura de cooperação para redes interorganizacionais do turismo**: um estudo no município de Itajaí-SC. Tese de Doutorado, UFSC, 2011.